

Sentidos do Trabalho e do Meio Ambiente no Campo: uma Abordagem Interpretativa

AUTORES

ELISA ZWICK

Universidade Federal de Lavras
elisazw@hotmail.com

ALESSANDRA SOUZA PEREZ RIVERA

Universidade Federal de Lavras
souzarivera@gmail.com

LUIZ AUGUSTO BRONZATTO

Universidade Federal de Lavras
gutobronzatto@gmail.com

CEYÇA LIA PALEROSI BORGES

Universidade Federal de Lavras
palerosi@bol.com.br

Resumo

A realidade vivenciada hoje, por inúmeros países, em relação a escassez de recursos naturais e problemas ambientais crescentes torna urgente refletir sobre valores e racionalidades que são compatíveis com sua conservação e determinam a natureza do processo produtivo na sociedade moderna. Nisso, torna-se importante entender os sentidos que o agricultor familiar atribui, por meio de seu trabalho, ao meio ambiente. Foca-se no estudo de um grupo de agricultores familiares do município de Lavras, Minas Gerais. Adota-se a seguinte questão de pesquisa: *Quais são os sentidos do trabalho e do meio ambiente para agricultores familiares?* O objetivo geral é apreender e analisar os sentidos do trabalho e do meio ambiente para o agricultor familiar. Especificamente, buscou-se apreender e analisar a trajetória dos trabalhadores rurais em sua relação de reciprocidade para com a comunidade, a sociedade e o meio ambiente, bem como apreender e analisar as racionalidades e valores que o agricultor familiar emprega na relação com o seu meio ambiente natural. A investigação utilizou o método qualitativo da abordagem socioconstrucionista, tendo sido realizada coleta de dados primários por meio de técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo, aliado ao levantamento de dados secundários para reduzir ruídos na comunicação e interpretar a realidade respeitando o saber local. Utilizou-se a técnica das redes de significação para analisar os dados, sistematizando as informações e correlacionando-as aos dados secundários e com o arcabouço teórico adotado. Os resultados mostram que o sentido do trabalho para os agricultores familiares é diverso, mas conserva-se uma relação de preservação com o meio natural, já que a terra é seu patrimônio mais valioso.

Palavras chave: Meio Ambiente. Trabalho. Agricultura Familiar

1. Introdução

É pelo trabalho e a luta travada incessantemente pela sobrevivência e bem estar que os seres humanos desenvolveram-se enquanto seres sociais, distinguindo-se dos animais por sua capacidade racional e organizativa que lhe permite retirar e processar recursos advindos da natureza. Neste sentido, o trabalho é um meio que possibilita a realização de algo que traga bem estar para si e para a sociedade. Entretanto, o trabalho hodierno tem reduzido a vida humana a um sistema de valor de troca, onde o ser humano não vale pelo que ele é, mas pelo que ele representa como mercadoria nas relações de troca. Observando as metamorfoses do mundo do trabalho, percebe-se que a humanidade, hegemônica pelo sistema capitalista, reproduz racionalidades e valores autodestrutivos. Pois, na medida em que destrói a natureza, destrói a si mesmo como parte integrante dela, torna o homem, que é um ser social, cada vez mais individualista e deturpa o sentido do trabalho na medida em que o mercantiliza. Assim, o trabalho desumanizado se converte num esforço penoso. (Alves, 1999; Martins, 2008).

A relação que as pessoas estabelecem no trabalho é permeada pela subjetividade que lhe é inerente e remete justamente a questões dos efeitos que esta atividade tem sobre os indivíduos e destes sobre a natureza. No trabalho desumanizado pode-se afirmar, por vezes, que as pessoas estabelecem uma relação cujo sentido não fica esclarecido, não sabendo se vive-se para trabalhar ou trabalha-se para viver. Segundo Laner (2005, p. 92), desde o século XVIII quando a riqueza e a felicidade foram associadas ao trabalho, constituíram-se duas visões antagônicas a respeito do trabalho. A primeira prega ser ele fonte de felicidade, realização pessoal, progresso e importância social e a segunda visão considera o trabalho como fonte de alienação.

Tal encadeamento nos faz pensar na necessidade do aprofundamento de questões ligadas à realidade do trabalho no campo, a fim de saber como se dá a relação do homem com o trabalho em sua forma mais natural, de contato mais próximo com a natureza e mais distante das relações capitalistas intensas que subjaz nos grandes centros urbanos.

O homem do campo tem no solo, na água, nas condições meteorológicas, nas suas sementes e animais uma das principais bases para a sua manutenção social e econômica. Atrelado aos recursos naturais de que dispõe, está uma ampla gama de conhecimentos, repassados e construídos por meio das gerações, num processo de experimentação, baseado na observação e produção, conferindo a ele uma maior relação de intimidade e dependência com a natureza, em comparação ao homem urbano. A questão da produção para o autoconsumo pode ser outro diferencial para o agricultor familiar, haja vista que o ato de alimentar a si próprio e à sua família objetiva o bem estar e não a mercantilização do trabalho.

A iniciativa de entender os sentidos que este trabalhador atribui ao seu trabalho, bem como apreender as peculiaridades da sua relação com o meio ambiente, possibilita também diagnosticar as racionalidades e valores que regem o trabalho rural. Neste sentido, este estudo se propõe a investigar um grupo de pequenos agricultores familiares do interior de Minas Gerais que têm no cultivo do campo a sua subsistência.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, na segunda seção, será apresentado o problema e os objetivos que o norteiam. Em seguida, será apresentada a contextualização do trabalho na agricultura familiar e uma revisão bibliográfica abordando o seu sentido, sua relação com o ambiente natural, racionalidades e valores, bem como aspectos sobre o prazer e o sofrimento no trabalho. Na quinta seção, será apresentado o método empregado no estudo para, na sexta seção, se expor a análise dos resultados obtidos. Cabe às considerações finais relatar as limitações da pesquisa, bem como algumas perspectivas de trabalhos futuros.

2. Problemática e objetivos do estudo

Nos últimos anos, tanto as pessoas que vivem no meio urbano, como aquelas do meio rural têm (re)elaborado a sua relação com o trabalho. A “modernização” da agricultura ocorrida no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, também chamada de “modernização conservadora” e demasiadamente estudada nas décadas de 1980 e 1990, foi implantada por meio de políticas fundiárias, trabalhistas e de crédito que ocasionaram modificações intensas no campo, imprimindo com vigor a racionalidade instrumental que sustenta a lógica capitalista. Segundo Rezende (2006) estas políticas, em especial a trabalhista e a fundiária, acabaram por atingir resultados opostos aos desejados, uma vez que ao invés de contribuir para beneficiar os mais pobres, aumentaram a pobreza, a desigualdade e a degradação ambiental, bem como intensificaram a mercantilização do trabalho no campo.

Rezende (2006) também ressalta que a partir da adoção da nova CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a agricultura familiar brasileira passou a ser mais afetada, uma vez ela não tem tido nem acesso ao mercado de crédito, nem à mecanização. Assim, além de gastar tempo e dinheiro para o cumprimento das obrigações trabalhistas ao contratar um terceiro, as várias normas a que o agricultor familiar passa a estar sujeito não melhoram a condição de seu empregado, pois ele continua recebendo um baixo salário. As saídas que se criaram, como a constituição de cooperativas de mão-de-obra, foram refutadas.

Dessa forma, o desemprego, as condições precarizadas de trabalho e a degradação humana e da natureza pela atividade econômica, alteram o sentido laboral, introduzindo novos problemas e desafios para o meio rural. Portanto, ao investigar o relacionamento do homem do campo com o ambiente e seu trabalho, este estudo adota a seguinte questão de pesquisa: *Quais são os sentidos do trabalho e do meio ambiente para os agricultores familiares?*

Nesta lógica, tem-se como objetivo geral *apreender e analisar os sentidos do trabalho e do meio ambiente para o agricultor familiar*. Especificamente, busca-se compreender a realidade destes trabalhadores rurais, as racionalidades e valores presentes na sua relação com o trabalho, bem como analisar a sua interação com o mercado, com a comunidade e com o seu meio ambiente natural.

Os objetivos delineados para este estudo, além de intencionar a compreensão do sentido do trabalho para o homem rural, abordam as questões ambientais, uma vez que ele estabelece profícua relação com a natureza na sua atividade produtiva. A escassez de recursos naturais e problemas ambientais crescentes tornam urgente investigar a relação do homem com o meio ambiente, pois a partir da compreensão de seus diferentes aspectos, pode-se visualizar possíveis caminhos mais sustentáveis para a humanidade no planeta, do ponto de vista social e ambiental.

3. Contextualização do trabalho na agricultura familiar

O resgate que se pretende desenvolver visa fornecer a compreensão do trabalho como um processo histórico e que adquire diferentes significados para os sujeitos, dependendo do contexto no qual estão inseridos. Os sentidos que o agricultor familiar atribui a este processo são, portanto, diferentes daqueles que o trabalhador urbano imprime a ele, uma vez que este possui um diálogo mais próximo com a natureza e características próprias que o diferencia cultural e historicamente.

3.1 Caracterização da Agricultura Familiar

Segundo Brandenburg (1999), os agricultores familiares, enquanto pequenos produtores que preservam certa condição camponesa reproduzem um universo simbólico próprio de uma vida rural. Sob o ponto de vista cultural, o mundo da vida rural é um mundo que os identifica entre si e os diferencia de outras categorias, à medida que seus padrões de orientação são

socialmente internalizados e por isso, intersubjetivamente compartilhados.

A existência da produção familiar está vinculada à posse da terra, central tanto para a constituição da identidade do agricultor como para organizar tecnicamente a sua produção. A situação do agricultor em relação à propriedade da terra define a sua estratégia de sobrevivência e determina suas condições de reprodutibilidade (Brandenburg, 1999).

Brose (1999, p. 39) defende que a agricultura familiar representa um modelo produtivo de tal forma peculiar que diversos estudos procedem a uma delimitação própria. O autor verifica que a Organização das Nações Unidas para agricultura e alimentação (FAO) define a agricultura familiar a partir de três características centrais: (i) a gestão da unidade produtiva é realizada por pessoas que mantêm entre si laços de parentesco e casamento; (ii) a maior parte do trabalho é realizada por membros da família e (iii) que os meios de produção, embora nem sempre a terra, pertencem à família.

O autor também categoriza a agricultura familiar em três formas heterogêneas: (i) a *familiar consolidada* (integrada ao mercado): definidas como sendo aquelas que dispõem de mecanismos de comercialização agrícola regulares; (ii) a *familiar de transição* é aquela que está inserida de forma fragilizada no mercado e sujeita ao abandono da atividade quando há desequilíbrios na renda familiar; e (iii) a *familiar de subsistência* ou periférica, que caracteriza-se pela concentração no autoconsumo e na venda da mão de obra sazonal.

A questão do autoconsumo se constitui como uma importante dimensão na caracterização da organização produtiva e econômica da agricultura familiar (Chayanov, 1974; Wolf, 1976; Grisa e Schneider, 2008). Constitui-se como renda não monetária que fortalece a segurança alimentar e integra esferas da sociabilidade e da identidade social dos agricultores familiares, sendo reconhecidamente importante como mecanismo de combate à pobreza rural (Grisa e Schneider, 2008).

Estas características apresentadas também se aplicam ao campesinato. Assim, faz-se necessária a discussão sobre a economia camponesa e a sua relação com a agricultura familiar. Neste sentido, Rodrigues (2008), apresenta a idéia de que a economia camponesa segue o modelo clássico de reprodução simples de mercadorias definida por Marx, no qual estes trabalhadores almejam a simples satisfação de suas necessidades, sem pretensão de lucro. O camponês, então, é um trabalhador que detém os meios pelos quais realiza sua atividade, possuindo, portanto, o controle de sua produção, detendo o fruto de seu trabalho enquanto valor de uso. Com isso, a agricultura familiar, em especial a terceira categoria mencionada por Brose (subsistência), guarda uma relação direta com o campesinato.

Diferentes autores sustentam opiniões sobre a realidade do homem do campo, as quais podem iluminar a análise deste estudo. Cândido (2006) argumenta que a economia camponesa inserida no sistema capitalista já não existe mais, o que existe é uma economia global capitalista, na qual se insere a produção camponesa. Rodrigues (2008), por sua vez, acrescenta que existe grande dificuldade para a própria sobrevivência da família quando se trata de uma relação com a terra distinta do modo de produção capitalista. Já para Narvaes et al. (2008, p. 98), o camponês se insere em um movimento de repensar a racionalidade capitalista, a partir de uma posição de resistência, manifestada por meio do autoconsumo e dos princípios da sustentabilidade ambiental.

A partir disso, pode-se reforçar a ideia de que o agricultor familiar possui algumas características do campesinato. Entretanto, ao objetivar o lucro, explorar a mão de obra assalariada e não assumir uma posição de resistência, este agricultor passa a ter uma feição de transição entre o campesinato e a produção rural capitalista. O que o aproxima do campesinato é o autoconsumo, a predominância da mão de obra familiar, a policultura e algumas manifestações de cuidado com a natureza.

Outra característica relevante presente nas relações entre agricultores familiares é a cooperação, uma forma de relação socialmente construída e que auxilia no processo produtivo do campo. Esta alternativa é utilizada para agregar forças, visando a conquista de benefícios comuns. Segundo Silva et al. (2008), as formas de cooperação possuem uma íntima ligação com o momento histórico em que surgem e com a motivação e cultura do povo que está envolvido, criando um sistema de valores oriundos da vivência em grupo, que auxilia na sua emancipação. Conforme a intensidade da cooperação embutida neste sistema de valores, estes trabalhadores se tornam mais ou menos vulneráveis à lógica capitalista que os exclui. A cooperação, sob este ponto de vista, pode ser considerada como um indicador de capital social, compreendido a partir de sua dimensão micro-cognitiva, relacionada a fatores de confiança, normas e valores locais, conforme estudos de Santos (2003).

Concebendo a cooperação como meio de emancipação do agricultor familiar, duas lentes de análise devem ser mencionadas. Uma primeira lente se desenvolve a partir da perspectiva de Mancur Olson, para o qual os participantes de um grupo possuem interesse em receber os benefícios da cooperação, mas não compartilham do mesmo interesse em repartir os custos para prover os bens coletivos, isto é, há uma tendência de pegar uma “carona” (*free-riding*). Por outra lente, podemos compreender a cooperação sob a perspectiva da Teoria da Dádiva, de Marcel Mauss, que pressupõe um contraste à lógica do mercado, representando o ato de dar, receber e retribuir sem esperar algo em troca, havendo uma preocupação incessante com a condição humana (Vizeu, 2009). Essas lentes podem ser relacionadas às racionalidades instrumental e substantiva, respectivamente, que são abordadas com mais ênfase na revisão bibliográfica.

Com o advento da modernização agrícola, a partir de 1960 e 1970, o sentido do trabalho para o agricultor familiar tem sido alterado devido às transformações implantadas no trabalho do campo, induzidas pelo governo e por grandes grupos econômicos ligados ao agronegócio.

3.2 As metamorfoses do trabalho na agricultura e na ótica ambiental

A partir de 1950, a chamada modernização da agricultura foi compreendida como a transformação do velho mundo rural pautada pelo padrão de vida urbano/industrial. Tais padrões impunham-se de forma rápida e definitiva ao campo, buscando transformar a agricultura em um ramo a mais da indústria. Afinal, disseminavam-se idéias de que a sociedade urbana tudo tinha a oferecer ao campo onde só existiam modelos produtivos e socioculturais considerados arcaicos e sem nenhum valor para que pudessem ser utilizados na cidade (Giuliani, 1999).

No Brasil, a modernização da agricultura, também conhecida como revolução verde, foi incorporada pelo projeto de desenvolvimento nacional que estabeleceu novas políticas fundiárias, trabalhistas e de crédito agrícola. Essas eram devidamente alinhadas aos interesses dos setores capitalistas dominantes, favorecendo o agronegócio. Aspectos como o financiamento do uso exacerbado de insumos agrícolas e maquinários, bem como a criação do estatuto do trabalhador rural, equiparando os direitos trabalhistas no campo e na cidade, provocaram alteração da configuração do trabalho no campo, bem como sua relação com a natureza. Essas transformações imprimiram novas racionalidades e valores para a agricultura familiar.

Segundo Thomaz Jr. (2007), quando recorremos à história recente, facilmente constata-se que o sucesso alardeado pela mídia do capital sobre os resultados da revolução verde se contrapõe à realidade de miséria e de exclusão dos camponeses. Aliado a isso, emergem reflexões acerca da precariedade da vida moderna, dos contínuos desastres ambientais, da perda do sentido do trabalho e a respeito da violência urbana e rural, entre outros.

Passa-se a questionar a necessidade de resgate dos valores e racionalidades até então colocados por muito tempo em segundo plano, produzindo um movimento em sentido contrário,

classificado como neo-ruralismo pelos franceses. Para Giuliani (1999), o neo-ruralismo expressa a ideia de uma série de valores típicos do mundo rural que passam a ser revigorados, ganhando para si a adesão das pessoas da cidade:

A volta às relações diretas com a natureza, a círculos produtivos e tempos de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da autodeterminação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo, assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo (Giuliani, 1999, p. 2).

Entretanto, na sociedade brasileira, as políticas agrícolas de desenvolvimento adotadas ainda estão atreladas à valorização da urbanização, uma vez que ainda são destinados poucos incentivos para a permanência do agricultor familiar no campo. Pelo contrário, o esgotamento da terra e a monetarização do campo oprimiram as pessoas por um lado e, por outro, elas foram seduzidas a morar na cidade em função do acesso a bens distantes, como a educação dos filhos ou a promessa de empregos com salários mais altos.

Nessa relação dialética, tanto da ênfase nas dimensões campo e cidade, como das configurações do trabalho, instituiu-se o desafio de considerar o trabalho como um processo histórico a ser compreendido em cada um de seus momentos e lugares, a fim de apreender a realidade que se tem hoje à luz da interpretação de seus protagonistas.

4. Revisão Bibliográfica

Nesta sessão intenta-se desenvolver um arcabouço teórico que contemple diversas facetas imbricadas na compreensão do sentido do trabalho para o agricultor familiar, ao invés de estabelecer tópicos estanques para esta reflexão. Parte do pressuposto de que o sentido do trabalho para o agricultor familiar no município de Lavras/MG possui relação como o sentido que ele atribui ao meio ambiente, bem como com a racionalidade e valores presentes no campo.

Desta forma, a fim de iniciar os estudos teóricos sobre os sentidos do trabalho busca-se uma definição que possa elucidar as análises das informações coletadas em campo. Neste sentido, a definição de Marx (1993) se aproxima da realidade em estudo. Para ele, o trabalho pode ser compreendido genericamente como uma capacidade de transformar a natureza para atender necessidades humanas. Codo (1997) apresenta uma definição de trabalho como uma relação de dupla transformação entre homem e natureza, a qual gera significado. Assim, é por meio do trabalho que o ato de dar significado à natureza se concretiza.

Dejours (2004, p. 28) complementa, a partir de uma visão psicodinâmica do trabalho, buscando a compreensão das relações entre trabalho e subjetividade. A sua visão, num sentido clínico é de que “o trabalho é aquilo que implica do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, *saber-fazer*, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar”.

A reflexão sobre o homem e a natureza é enriquecida por Martins (2008) ao propor compreender o homem a partir de sua história, com base no olhar sobre sua gênese e desenvolvimento. A observação do homem sob esta perspectiva permite afirmar que sua existência é mediada por três dimensões essenciais: natural, social e cultural. O autor argumenta que a dimensão natural do homem está relacionada ao fato de ele ser um ente natural, e como tal, dependente da natureza para garantir sua vida física e biológica. Ou seja, ao retirar da natureza o que precisa para sobreviver através da prática produtiva, o homem assegura a sua existência. Assim, o ser humano entra em contato com a natureza, não somente por ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica (Gramsci, 1995).

Martins (2008) continua sua reflexão, caracterizando a dimensão social do homem, ao afirmar que o mesmo não se limita à sua dimensão natural, visto que é parte integrante de um conjunto que coletivamente busca a sobrevivência humana. Tal dimensão advém da dimensão natural e nela interfere caracterizando uma relação dialética entre ambas. Ao exercer as suas relações sociais e produtivas, o homem apresenta-se também como um ser cultural-simbólico.

Ao analisar a sociedade moderna, percebe-se que, apesar das intensas transformações ocorridas nas últimas décadas, o padrão societário capitalista continua a reproduzir e reforçar princípios de supremacia do valor econômico, de individualismo e de mercantilização cultural (Martins, 2008). Estes princípios estão fundamentados em uma racionalidade impregnada de ideologia segundo a qual o homem é movido somente pelo interesse de ganhos econômicos, compreendida como racionalidade instrumental por Guerreiro Ramos (1989).

Antes da chegada da sociedade “moderna”, centrada no mercado, a racionalidade era entendida como uma força ativa na psique humana que permitia ao indivíduo ordenar sua vida pessoal e social, agindo de modo relativamente independente em relação às prescrições estruturais, encontrando, por si mesmo, o equilíbrio de suas ações.

A partir da sociedade de mercado imprimiu-se uma racionalidade econômica e instrumental, pautada no cálculo utilitário de conseqüências (perdas e ganhos). Tal racionalidade é inserida nos indivíduos através de um processo de socialização transcendente a sua consciência, de maneira que esta ação ocorre ao homem como algo natural e inerente da sociedade. Entretanto, Max Weber percebeu que a razão instrumental não era a única nem a melhor representação da ação social, definindo outros tipos de racionalidades, tal qual a racionalidade por valores, que tem como propósito o bem estar do ser humano e da sociedade, visto que os atos são avaliados em termos de suas conseqüências.

Guerreiro Ramos (1989) defende que as organizações econômicas não atendem às diversas necessidades humanas, tais como a auto-realização, a livre expressão e sociabilização. Neste sentido, se faz necessária a presença de organizações substantivas, edificadas sob princípios menos ingênuos e mais éticos. Na lógica da racionalidade substantiva, os indivíduos não seguem a “manada” simplesmente, mas são capazes de, pela perpetuação de valores mais humanos, elaborarem outro olhar. Segundo Louback et al. (2009), a teoria de valores de Schwartz afirma que os valores organizam-se em duas dimensões bipolares: autotranscendência versus autopromoção e abertura à mudança versus conservação. A primeira se refere, respectivamente, à orientação para o outro versus para si próprio; e a segunda, à valorização da independência de pensamento e ação versus preservação de costumes, de normas e segurança material.

Louback et al. (2009) afirmam em seu estudo que existe relação entre as racionalidades e o conjunto de valores presentes na sociedade, ou seja, pode ser encontrada uma racionalidade mais substantiva em comunidades cujos valores de autotranscendência predominem, bem como racionalidade mais instrumental onde predominam valores de autopromoção. Os autores acrescentam que não se encontram comunidades com racionalidades puramente instrumentais ou substantivas, mas predomínio de uma sobre a outra, de acordo com cada contexto. Entretanto, observa-se, ainda, o predomínio de racionalidade instrumental e valores de autopromoção na sociedade, que são nutridos pela lógica capitalista.

Assim, retomando a discussão de Martins (2008), a humanidade, hegemonzada pela racionalidade instrumental e valores autopromocionais, se desumaniza em sua tríplice dimensão. Como ser natural, o homem hodierno tem destruído a natureza e a si mesmo como parte integrante dela. Na sua dimensão social, tem se alienado dos demais por meio da individualização e na sua dimensão cultural, envolvido pela prática produtiva, transforma tudo em mercadorias.

Essa desumanização advém da descaracterização do homem enquanto ser natural e social, alienando-o.

Segundo Tolfo e Piccinini (2007) o homem alienado torna-se apenas um produtor e consumidor de capital, deixando de buscar sua identidade nas atividades que executa e de atribuir significados e sentidos positivos ao seu fazer. Para os autores, existem vários estudos que diferenciam os significados dos sentidos. Entretanto, eles apontam uma semelhança entre eles: são produzidos pelos sujeitos a partir de suas experiências concretas. Assim, os significados são construídos coletivamente em um determinado contexto, enquanto que os sentidos são uma produção pessoal a partir da internalização individual dos significados coletivos nas experiências do cotidiano. Os autores consideram que sentidos e significados são transformados constantemente por meio de uma relação dialética com a realidade.

Morin (2007) sintetiza algumas ideias sobre conceitos de sentidos do trabalho, segundo diversos autores, na tabela 1.

Quadro 1 – Pesquisa sobre os sentidos do trabalho

Principais autores	Principais conceitos
Mow (1987)	O trabalho acrescenta valor a alguma coisa; O trabalho é central na vida das pessoas O trabalho é uma atividade que beneficia os outros; O trabalho não é agradável O trabalho é uma atividade regular remunerada
Emery (1964, 1976) Trist (1978) E. Jacques (1978)	O trabalho apresenta variedades e é desafiador; O trabalho traz aprendizagem contínua O trabalho permite autonomia e decisão; O trabalho é reconhecido O trabalho traz contribuição social; O trabalho pode ser usado como uma defesa contra a angústia
Morin (1996, 1997, 2002)	O trabalho é eficiente e produz um resultado útil; Há prazer na realização da tarefa O trabalho permite autonomia; O trabalho é fonte de relações humanas satisfatórias O trabalho mantém as pessoas ocupadas; O trabalho é moralmente aceitável

Fonte: adaptado de Morin (2007, p. 49)

Toolfo e Piccinini (2007) ainda argumentam que o sentido do trabalho é fonte de prazer quando permite a construção da identidade pessoal e social, por meio das tarefas que o trabalhador executa, permitindo que ele consiga se identificar com aquilo que realiza. O trabalho assume caráter de tortura e sofrimento quando o trabalhador alienado não vê mais sentido no que faz. Morin (2007) acrescenta que ele também se torna sofrimento quando não é reconhecido no âmbito público.

Assim, prazer e sofrimento são vivências concomitantes e intrínsecas ao trabalho, podendo haver prevalência de um sobre o outro, a depender do contexto de trabalho e cujo pano de fundo são as relações subjetivas e de poder.

Desta forma, o ato do trabalho implica sofrimento físico e mental necessário para a construção e aprendizado na expectativa do reconhecimento. Este reconhecimento inicia nos atos cooperativos, pois a cooperação pressupõe julgamento dos pares e valorização do trabalho conjunto. Quando reconhecido, o ato do trabalho transforma o sofrimento inicial em prazer e confere identidade ao homem. Fechado este ciclo, o trabalho adquire sentido para o homem e significado para a comunidade, justificando a existência humana e o sentido da vida. A saúde física e mental sustenta e é sustentada por este ciclo (Figura 1).

Figura 1 – Ciclo do sentido do trabalho



Fonte: Elaborado pelos autores, 2010.

Assim, a relação de prazer e sofrimento é inerente a atividade laboral e sempre dialética, podendo ser descrita a exemplo de um ciclo evolutivo, pautado pelo reconhecimento, na procura incessante pela justificativa da vida humana.

5. Método

Este estudo fundamenta-se na compreensão dos sentidos que os agricultores familiares imprimem ao seu trabalho. Utilizando os pressupostos do socioconstrucionismo, que concebe a realidade e o conhecimento como socialmente construídos, este estudo se fundamentou pela abordagem interpretativista da realidade, integrando a linguagem e a ação e compreendendo o sujeito como ativo neste processo.

Segundo Spink (2004), o socioconstrucionismo pressupõe a interrogação pelos sentidos localmente construídos e de forma a olhar para os modos pelos quais diferentes elementos são articulados no interior de situações sociais, sendo que interessam a particularidade dessas articulações. Desse modo, como desdobramento destes pressupostos, adotou-se o método de pesquisa qualitativa exploratória. Para a coleta de dados utilizou-se de algumas técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), como a técnica de “Rotina Diária” e “Entra e Sai”, para facilitar a comunicação entre pesquisadores e pesquisados, durante a aplicação de entrevistas semi-estruturadas. Também foi realizado o levantamento de dados secundários sobre a atividade do agricultor familiar nos escritórios locais da EMATER, do IMA e da Secretaria da Agricultura em Lavras, Minas Gerais. Também foi consultado o site do IPEA para coleta de informações sobre a migração rural.

Os dados foram analisados por meio da construção de redes de significação que é uma técnica de análise de conteúdo que facilita a conexão entre a teoria que fundamenta a pesquisa e as informações coletadas. Segundo Alencar (2010) os esquemas de articulações de significados construídos - “as redes” - facilitam a redação do relatório de pesquisa transformando-o em um texto logicamente estruturado. Assim, a construção de redes de significação valoriza as falas dos entrevistados sem transformá-las em texto dominante no relatório.

Para selecionar os agricultores integrantes da pesquisa, partiu-se de uma amostragem não-probabilística por conveniência. No total foram entrevistados 10 trabalhadores rurais, pertencentes a cinco famílias distintas, em visita à zona rural e à feira do produtor no município de Lavras, Minas Gerais. Entretanto um entrevistado foi descartado por não possuir a terra,

descaracterizando-se como agricultor familiar, segundo a concepção de Brandenburg (1999) e Brose (1999). Cada um dos entrevistados receberá um nome fictício ao longo da discussão destas entrevistas.

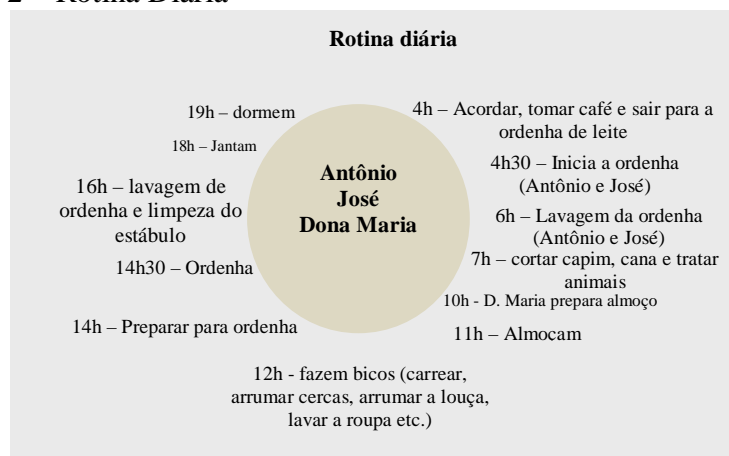
6. Análise dos Resultados

Segundo informações obtidas junto aos funcionários do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), na região de abrangência da unidade localizada em Lavras/MG e que inclui a região sul de Minas, 70% da produção do leite provém de agricultores familiares. Só em Lavras, o montante de cabeças de gado é de 3.000, pertencente a um total aproximado de 800 produtores rurais, dos quais 70% são agricultores familiares.

6.1 A caracterização do trabalho diário

A técnica “rotina diária” aplicada em campo reforçou que a principal atividade dos agricultores da região constitui-se na criação de gado leiteiro, entretanto cada entrevistado apresentou outras estratégias de sobrevivência associadas a esta atividade, como o trabalho assalariado na roça e na cidade, o cultivo de horta e pomar, bem como a criação de porcos e galinhas, destinados primeiramente para o consumo próprio e, o excedente, para comercialização. Verificou-se a troca de mercadorias com a vizinhança em apenas uma família. Outra fonte de sobrevivência identificada foi a aposentadoria, presente em três das cinco famílias.

Figura 2 – Rotina Diária



Fonte: Coleta de dados dos pesquisadores

Identificou-se a participação de toda a família nos afazeres da roça, bem como uma pluralidade de atividades diversificadas, principalmente das mulheres que mesclam trabalho de casa, da roça e da feira, como identificado no relato.

“Eu cuido da feira [colhe verdura e vende na cidade] e Aparecido mexe com o leite. Moramos na cidade onde estudam os meus filhos, mas [viemos] para a roça 3 vezes por semana... temos três empregados que auxiliam na roça... A rotina da lida para a produção do leite acontece todo o dia... Sobrevivemos com o trabalho na roça... cuido das duas casas - a da roça e a da cidade - e ainda auxílio nas vendas” (Cátia).

O relato também evidencia a presença de empregados rurais, verificada em mais duas outras famílias. Assim, constata-se que as famílias investigadas podem ser enquadradas na noção de agricultores familiares definida pela FAO e citada por Brose (1999), onde os bens de produção (propriedade, maquinários e animais) é posse da família e a sua gestão se dá por seus membros.

A alteração da configuração do trabalho, a partir da modernização agrícola, encareceu a mão de obra e, ao mesmo tempo, acenou possibilidades de maiores salários e oportunidades ao homem do campo na cidade. Desta forma, o êxodo rural acontece e interfere na manutenção de algumas atividades produtivas no campo, bem como promove sobrecarga de trabalho, conforme reforça um dos entrevistados.

“Nóis mexia com hortaliças prá vender na feira e não teve mais como continuar (...) o trabalho foi ficando escasso e difícil e também deixamos a atividade devido a saída de pessoas que tinham para trabalhar na propriedade” (Antônio).

Os dados do IPEA (2010), relativos ao período de 1991 a 2001, confirmam esta realidade ao registrar uma diminuição de 13% da população rural do município de Lavras e 18,6% da população rural do Estado de Minas Gerais. Esta realidade reforça a supremacia de valorização do meio urbano no que tange às políticas de desenvolvimento. Este fato é percebido pelos agricultores familiares como não reconhecimento do trabalho rural:

“o governo que não auxilia muito, não dá apoio ao produtor rural. Se o governo incentivasse para que a gente pudesse ter mais produção (...) é o meio que a gente tem mais dificuldade ...” (Antônio).

“roça é pra quem gosta porque roça é difícil e não tem valor...” (Aparecido).

A mão de obra que fica no campo advém da venda do trabalho por outros agricultores familiares que precisam complementar sua renda para garantir sua sobrevivência e permanência na terra, como é o caso do José.

“Trabalho na roça do seu Zé Pereira, mas também tenho meu pedaço de terra e meus bois...” (José).

Observou-se durante as andanças na roça a presença expressiva de trabalhadores e aposentados do meio urbano que mantêm sítios para lazer de final de semana. Esta percepção foi confirmada pelo relato de um dos entrevistados sobre a existência e aumento no loteamento de propriedades para venda, devido ao fato de que hoje *“só fica na roça quem tem outra fonte de renda”*. A construção da barragem também favoreceu a busca de lotes na região, o que sinaliza a presença do movimento do neo-ruralismo no interior de Minas Gerais.

6.2 Sentidos do trabalho e do meio ambiente

O trabalho enquanto capacidade de transformar a natureza para atender as necessidades humanas é intenso de sentido para o agricultor familiar. Ele realiza e percebe a transformação da natureza de forma concreta e íntima, ao contrário do trabalho de escritório, por exemplo, onde a percepção desta transformação é mais etérea, indireta.

“A minha satisfação com o trabalho sempre foi de vê a criação crescendo, ver a produção dando certo, ver uma lavoura de milho crescendo... você planta e vê crescendo e desenvolvendo, isso dá felicidade”. (Jacó).

Os sentidos atribuídos ao trabalho pelos entrevistados se referem a: (i) satisfação das necessidades da família e construção de bens para garantir a aposentadoria; (ii) a ideia dele como dificuldade e sacrifício; (iii) compreendido como garantia de uma vida saudável; (iv) como herança familiar no que tange ao saber-fazer e; (v) como distração.

No primeiro aspecto, revela-se uma racionalidade instrumental, ao demonstrar uma relação utilitarista com o trabalho. No segundo, há a sua comparação com a escravidão, porque é árduo, pouco valorizado e só *“possibilita que se toque a vida”*, garantindo o sustento diário, evidenciando mais uma vez a percepção do agricultor com relação à falta de reconhecimento social do seu trabalho. Porém, ele alimenta outras ambições que não somente a sobrevivência, mas que vão ficando para um futuro incerto:

“Trabalho é para satisfazer as necessidades ... roça é sacrificada... tando chuvendo, domingo, natal (...) nós tem sempre que trabalhar, não tem descanso, é vida de

escravidão (...) a meta é fazer uns aluguéis, construir umas casas num terreno que a gente tem em Lavras para complementar a renda, para fazer aposentadoria, pois quanto mais velho vai ficando mais difícil” (Aparecido).

A fonte de sofrimento associada a esses aspectos está relacionada à intensidade do trabalho, que o torna desprazeroso. Cabe ressaltar que os entrevistados que atribuíram este sentido ao trabalho tiram todo seu sustento da roça, não tendo outra fonte de renda. O trabalho enquanto sustento ainda é assim registrado:

“O sentido do trabalho pra nois é adquirir sustentação. A gente só tem um pedaço de terra e produz frutas e verduras pra vender na feira. Tem umas vaquinha, mas que dá pra a gente viver. O trabalho tem que ter para a gente viver, não é mesmo?”(Erica)

A maioria dos entrevistados atribuiu o sentido do trabalho como garantia de uma vida saudável. Assim, percebe-se que o trabalho não é visto de modo utilitário, mas como provedor de bem-estar. Acrescenta-se também, neste aspecto, o sentido do trabalho como distração. Este aspecto remete à noção da racionalidade substantiva. Neste sentido, quando o trabalhador concebe o trabalho como fonte de vida saudável, percebe-se que o campo o humaniza em sua dimensão natural. Um exemplo disso é quando este se dedica à produção para o seu consumo, conferindo segurança alimentar à família, em uma relação natural e substantiva. Não se objetiva o lucro, mas qualidade de vida ao se consumir os alimentos que eles mesmos plantam. Outro exemplo está presente na preocupação em preservar a natureza:

“A natureza, o meio ambiente é o que tem de melhor, a gente procura cuidar, que é para ter sempre. Se não tiver mais como produzir, como é que a gente vai viver, não? Para produzi, é tudo orgânico, sem veneno..” (Hilma).

“Gosto muito do serviço e me sinto feliz de estar no meio dos animais e a gente tem uma relação muito próxima com a natureza.” (Maria).

Na casa da Dona Maria, observou-se imensa satisfação ao oferecer um café feito sem agrotóxico, do grão colhido na roça, que, segundo ela, tem mais sabor.

“a vida aqui é saudável, é tranquilo de viver com a natureza ... a minha relação com o meio ambiente é de conservar a natureza para que não possa destruir, aqui a gente leva a natureza para que possa viver aqui.” (Antônio).

A posse da terra, de meios de produção e do gado são também fontes de prazer com o trabalho no campo. Alguns entrevistados exibiram com satisfação fotos do seu gado na “festa do boi”, outros demonstravam o cuidado com a propriedade. Este fato evidencia sua identidade enquanto agricultor familiar e confirma que o sentido do trabalho é fonte de prazer quando permite a construção da identidade pessoal e social.

Sob o aspecto do sentido do trabalho como garantia de vida saudável e distração, consoantes com uma racionalidade mais substantiva, percebe-se que o trabalho *per si* é fonte de prazer. Desta forma, é compreensível o fato desses entrevistados considerarem a doença como fonte de sofrimento:

“O sofrimento é doença. Por não tando com saúde, você enfrenta dificuldade... gosto de trabalhar, o trabalho é uma distração, gosto de ficar com os animais.” (Maria).

A imprevisibilidade da natureza também é fonte de sofrimento, quando se geram dificuldades para apropriação do fruto do trabalho.

“a tristeza que dá no trabalho é quando eu comprava cinco vacas e por uma doença morria duas, isso dava muita tristeza. Ou quando plantava uma lavoura, o tempo não corria bem e faltava chuva.” (Roberto).

Quando não reconhecido, o ato do trabalho não transforma o seu esforço, que é sofrido, em prazer. Assim, podemos também associar o sofrimento à falta de reconhecimento. Segundo os entrevistados, a pouca renda obtida pela atividade na roça dificulta o sustento da sua família, tendo ele que realizar outras atividades para complementar a renda, muitas vezes tendo que abandonar a roça, negando sua identidade de agricultor. Este fato os leva ao sofrimento e à

percepção de que a sociedade não lhes confere valor.

“O meu sofrimento com relação ao trabalho é o sacrifício que a família passa por causa da renda e porque somos discriminados enquanto pessoas que moram no campo... em todos os sentidos. Também não conseguimos renda para se sustentar com dignidade e aí vem a frustração, que acontece também porque vemos que nossos filhos não querem saber da terra porque é trabalho muito difícil (...) assim, a frustração vem porque o produtor não tem sustentação, porque não sustenta mais a família.” (Jacó).

Por fim, observou-se que há pouca cooperação no âmbito da agricultura familiar deste contexto, uma vez que se verificou pouca interação e até mesmo desunião entre os trabalhadores. Este fato se evidencia nos relatos sobre a cooperativa de leite e sobre a relação com os vizinhos, bem como por meio da técnica entra e sai.

Quadro 2 – A matriz entra e sai

De onde vem	Entra	Atividades	Sai	Pra onde vai
Cooperativa	Ração, Sal mineral, produtos de limpeza, remédios, cloro e iodo.	Gado Leiteiro	Leite Cria	Laticínio verde campo Vizinhos/ açougue
Estábulo Cooperativa, Colheita	Esterco Grãos	Cultivo de capim, cana, milho e sorgo	Alimentação	Gado
Cooperativa, Horta	Sementes	Galinha, porco, horta	Alimentação	Consumo próprio/ troca com vizinhos

Fonte: Coleta de dados realizada pelos pesquisadores

Observa-se que a compra de insumos é realizada na cooperativa por terem melhores preços. Entretanto, o leite é vendido para o laticínio, pois este oferece melhor preço. Percebe-se nesta lógica, a existência de valores de autopromoção, pois o agricultor elege a melhor alternativa visando o benefício próprio. A cooperação acaba por ficar em segundo plano, sendo adotada quando convém, revelando-se também a presença de racionalidade utilitarista.

“O produtor rural tem receio de novidade, porque não quer participar de cooperativas e vender as coisas junto, cada um prefere fazer por si, individualmente... a gente vê que as coisas não funcionam por causa disso. As pessoas não querem saber de serem unidas, principalmente o pequeno agricultor, que fica receoso e não se une...tem muito conservadorismo.” (Jacó).

A ausência de cooperação que evidencia a predominância dos valores de autopromoção e racionalidade instrumental é associada por um entrevistado à tempos recentes, que podem estar associados com o advento da modernização da agricultura, a qual trouxe alteração nas relações:

“A ajuda mútua entre vizinhos é pouca, praticamente não existe, mas antes tinha.” (Aparecido).

Este contexto revela sofrimento em dois aspectos: (i) pela falta de reconhecimento social quando a cooperação, como primeiro passo para que ele ocorra, não existe ou é pequena e (ii) pela presença de racionalidades utilitaristas, que também desvencilham possibilidades de união para promoção do reconhecimento. Nesse sentido, confirma-se a ideia de que as diferentes racionalidades e valores convivem no mesmo espaço, fazendo com que as pessoas atribuam sentidos diversificados ao trabalho e ao meio ambiente, de acordo com sua vivência e contextos específicos.

7. Considerações finais

Ao apreender e analisar os sentidos do trabalho e do meio ambiente para o agricultor familiar foi possível perceber que a apropriação e o uso dos recursos naturais pelos atores locais revelaram uma relação intrínseca entre o homem e a natureza, sendo essa relação interfere no sentido que ele atribui ao seu trabalho. Este estudo também revela a relação do sentido do trabalho e as racionalidades e valores presentes no campo. A contribuição trazida para os estudos sobre sentidos do trabalho constitui-se em elencar alguns sentidos atribuídos ao trabalho por agricultores familiares.

Os limites da pesquisa estão no fato de sua característica ser essencialmente exploratória, não podendo generalizar seus resultados para todos os agricultores familiares. No entanto, os resultados expressam impressões que, de fato, traduzem uma realidade local e específica, sendo interessante para guiar futuros estudos etnográficos. Propõe-se, portanto, para estudos futuros, a verificação destes resultados junto a um maior número de agricultores familiares.

8. Bibliografia

- ALENCAR, E. *Redes de Significação*. Notas de Aula. Lavras, 2010.
- ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Ed. Práxis, 1999.
- BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: UFPR, 1999.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Plano agrícola e pecuário 2009-2010. *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*. Secretaria de Política Agrícola. Disponível em: <http://www.e.gov.br/defaultCab.asp?idservinfo=42886&url=http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,6654580&_dad=portal&_schema=PORTAL>. Acesso em: 06. Jul. 2010.
- BROSE, M. *Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- CÂNDIDO, A. *Renda rural e desenvolvimento em áreas de intervenção estatal do nordeste: o caso de serra do mel/RN*. *Revista Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo, v. 14, n. 27. Nov, 2006. p. 125-143.
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1974.
- CODO, W. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: TAMAYO, A.; BORGES-ANDRADE, J.; CODO, W. (Orgs.) *Trabalho, organização e cultura*. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1987, p. 21-40.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*. v. 14, n. 3, Set/Dez, 2004, p. 27-34.
- GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 14, São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1999.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul*. *RER*. Piracicaba, São Paulo, v. 46, n. 2, Abr/Jun, 2008, p. 481-515.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. *Presidência da República*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 01. Jul. 2010.

- LANER, A. dos S. *Psicologia e trabalho na história: da apropriação do tempo à busca da felicidade*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- LOUBACK, J.; TEIXEIRA, M. L. M.; BIDO, D. de S. Valores organizacionais e racionalidade: uma visita ao terceiro setor. *O&S*. Salvador, v. 16, n. 49, Abr/Jun, 2009, p. 225-246.
- MARTINS, M. F. Pedagogia do Engajamento: considerações sobre desumanização e as possibilidades de sua participação. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, Jan-Jun, 2008, p. 55-66.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Portugal, Lisboa: Edições 70, 1993.
- MORIN, E. O Trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre, v. 19, No. Spe., 2007.
- NARVAES, A. B.; et al. Identidade e cultura camponesa: resistência em construção. In: PALUDO, C.; THIES, V. F. *Desenvolvimento do campo em construção*. Ijuí: Ed. Unijuí; Ronda Alta: Fundep, 2008.
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.
- REZENDE, G. C. de. *Políticas trabalhista, fundiária, e de crédito agrícola e seus impactos adversos sobre a pobreza no Brasil*. Ipea: Rio de Janeiro, 2006.
- RODRIGUES, G. C. Práticas camponesas e produção do território na paróquia de Santa Cruz – Mogi Mirim/SP. *1º SIMPGEO/SP*. Rio Claro, 2008, p. 1320-1338.
- SANTOS, F. F. S dos. *Capital social: vários conceitos, um só problema*. 2003. Dissertação. (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. São Paulo, 2003.
- SILVA, A. M.; et al. Cooperação: vivenciando novas relações sociais no campo. In: PALUDO, C.; THIES, V. F. *Desenvolvimento do campo em construção*. Ijuí: Ed. Unijuí; Ronda Alta: Fundep, 2008.
- SPINK, M. J. *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano*. Ed. Cortez, 2004.
- THOMAZ Jr, A. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. IX *Colóquio Internacional de Geocrítica*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- TOLFO, S. da R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre, v. 19, No. Spe. 2007.
- VIZEU, F. Contribuições da sociologia da dádiva aos estudos sobre organizações substantivas. *O&S*. Salvador, v. 16, n. 50, Jul/Set, 2009, p. 409-427.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976.